

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.270 - RS (2019/0331252-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **MARCOS ANTONIO SOBIESKI**  
**RECORRENTE** : **VILSON SOBIESKI**  
**RECORRENTE** : **EMA MARIA KUHN SOBIESKI**  
**ADVOGADO** : **ALVADI ANTONIO GRISELI - RS052582**  
**RECORRIDO** : **RIO GRANDE ENERGIA S/A**  
**ADVOGADO** : **MOISES GRAFFUNDER DE VARGAS - RS066619**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MARCO ANTÔNIO SOBIESKI E OUTROS, fundado no art. 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSUMIDOR. INTERRUPTÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ÁREA RURAL. OCORRÊNCIA DE TEMPORAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. REPARAÇÃO DECORRENTE DOS PREJUÍZOS EXPERIMENTADOS COM A DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO EM DESACORDO COM OS PRAZOS ESTABELECIDOS PELA ANEEL. INTERRUPTÃO, CONTUDO, QUE NÃO ULTRAPASSOU O CRITÉRIO OBJETIVO DEFINIDO PELA CÂMARA PARA DISPENSAR A PROVA DO DANO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS INDEVIDA. SENTENÇA REFORMADA.*

*Responde a empresa concessionária de serviço público de abastecimento de energia elétrica por danos provocados em razão de suspensão indevida no fornecimento do serviço, nos termos do disposto nos artigos 14 e 22, do CDC, e no artigo 37, § 69, da CF/88.*

*Interrupção do serviço de abastecimento de energia elétrica incontroversa, decorrente de fortes temporais que assolaram a região na qual localizada a unidade consumidora, na localidade de Linha Três Lajeado Grande, interior do Município de Paulo Bento/RS. Defeito na prestação do serviço 'consubstanciado na excessiva demora no restabelecimento da energia elétrica, em desacordo aos prazos fixados pela ANEEL. A unidade consumidora, localizada em área rural, permaneceu sem energia elétrica por tempo superior ao prazo ordinariamente fixado pela*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*agência reguladora (no caso, de 48 horas).*

*Entretanto, o tempo de interrupção não ultrapassou o critério objetivo definido pela Câmara para dispensar a prova do dano. Em face disso, não se tratando, de dano in re ipsa e não comprovando a parte autora os danos decorrentes da suspensão da energia elétrica, impõe-se a improcedência da ação. Sentença reformada. RECURSO PROVIDO." (e-STJ, fl. 320)*

Em suas razões de recurso especial, os recorrentes defendem a existência de danos morais *in re ipsa* pela falha no restabelecimento do fornecimento do serviço de energia elétrica prestado pela parte recorrida, independentemente da demora ultrapassar o prazo previsto pela ANEEL.

É o relatório. Decido.

Tendo em vista que a questão de direito trata da configuração de danos morais decorrentes de falha na prestação de serviço público de fornecimento de energia elétrica, notadamente pelo tempo de seu restabelecimento à luz de regulamentação específica do setor, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator